



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE HISTÓRIA

Brasil Colônia I

**Resenha Crítica do capítulo I do livro “O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e
Religiosidade no Brasil Colonial” de Laura de Mello e Souza**

Acadêmica: MARIA CLARA CABRERA PENASSO
Rondonópolis, 2023/1

A análise a ser apresentada diz respeito ao primeiro capítulo, formado por 65 páginas, da obra “O diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial” da historiadora brasileira Laura de Mello e Souza. O livro é composto por cerca de 397 páginas e lançado pela editora Companhia das Letras em 1986, entretanto a edição a ser abordada é do ano de 2005 com os direitos reservados à editora Schwarcz LTDA.

O capítulo é denominado pela autora de “O Novo Mundo entre Deus e o Diabo”, o que é um título muito interessante visto que, é de certa forma, uma síntese do que irá ser desenvolvido ao longo desse excerto. A priori, a historiadora delimita seu campo de estudo para a escrita da obra, sendo este, o Brasil colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII, abarcando as regiões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Grão-Pará, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro (2005, p. 18).

Nesse sentido, a estudiosa observa logo no início da análise que os europeus chegaram ao Novo Mundo procurando elementos conhecidos pelo seu imaginário e que a América portuguesa nasce por meio dessas projeções. Seu “descobrimento” era visto como algo sobrenatural e miraculoso, Colombo coloca como causa das navegações três principais elementos: o humano, o divino e o natural. A autora ainda conclui a relação contraditória desse período: “na esfera divina, não existe Deus sem o Diabo; no mundo da natureza, não existe Paraíso Terrestre sem Inferno; entre os homens, alternam-se virtude e pecado.” (2005, p. 29).

Dessa forma, a natureza edenizada (tornar-se éden) comprovava a existência de Deus e do Paraíso Terrestre difundido no imaginário europeu, que buscavam elementos como a fertilidade, vegetação abundante, a amenidade do clima e etc. Entretanto, desconsideravam os homens pois suas práticas eram oriundas do próprio Inferno, estes eram vistos como bárbaros, demônios e animais. Sendo assim, é possível concluir que Céu é tudo aquilo que compreende o universo econômico da colônia e Inferno são todas as questões morais e humanas.

Outrossim, outro ponto que chamou muito a atenção do homem do Velho Mundo foi a possível expansão do catolicismo na colônia portuguesa, tendo em vista a crescente reforma protestante na Europa. Nessa perspectiva, a América era um terreno fértil tanto para a expansão econômica de exploração e poder para os monarcas, quanto para a “missão portuguesa” de propagar a fé católica e conseguir novas ovelhas para a religião e para o papa. Todavia, conforme conheciam o novo continente, sua edenização se perdia e o estranhamento dos povos que já viviam aqui tomava seu lugar.

Sob essa ótica, a autora cita conceito de Panofsky (1986) de “primitivismo doce” como a natureza e humanidade idealizada em primeiro momento, e posteriormente “primitivismo duro” como a face detratora, ou até mesmo infernalizada, ligada ao materialismo e a bestialidade daquela. Portanto, aquilo que a priori foi percebido como Paraíso Terrestre se transformou no Purgatório pela quantidade de bichos peçonhentos e repulsivos, insetos incômodos, calor exacerbado, além da moralidade humana demonizada. Ainda na perspectiva de colônia como Purgatório, era sugerido àqueles que não encontraram oportunidades em Portugal que deveriam ocorrer a nova terra, e que a colônia deveria apresentar caráter corretivo para com as mazelas da metrópole (2005, p. 40).

Logo, a partir da perda da edenização, houve um grande descaso com as especificidades brasileiras, principalmente pelos jesuítas. A estudiosa disserta:

A preocupação com a especificidade do Novo Mundo foi totalmente alheia aos jesuítas que estiveram no Brasil, entre o final do século XVI e início do século XVII. Entre nós, são os representantes máximos da incompreensão do universo colonial. Mais do que o mundo vegetal e animal, foram os homens o alvo privilegiado da má vontade jesuítica. Entretanto, bichos, plantas e paragens também tiveram sua cota na detração. (De Mello, Laura. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**, 2005 p. 46).

Desse modo, a monstruosidade e o “homem selvagem” do imaginário europeu era o oposto ao cavaleiro medieval cristão, seus atributos espirituais eram negativos e sua percepção como humanidade, animais e demônios era alternada quase que de maneira simultânea. Assim sendo, o ameríndio era visto como uma outra humanidade que ameaça a segurança dos colonos, para Gandavo (1573) não pronunciam o F, o L e o R, e dessa forma, não possuem Fé, Lei ou Rei. Além disso, o mesmo autor desumaniza integralmente o homem americano e o compara com bestas.

Portanto, a colônia era vista como um lugar por excelência pecaminoso, no qual as pessoas que aqui residiam eram condenadas por sua nudez, vícios da carne, preguiça, cobiça, paganismo e canibalismo. Ademais, a prática da antropofagia, que mesmo sendo diferente do canibalismo era percebida da mesma maneira pelo o homem branco, era a mais repulsiva. Gandavo (1573) demoniza de maneira brusca os povos indígenas, "usando nesta parte cruzezas tão diabólicas, que ainda nelas excedem aos brutos animais que não tem uso da razão" (2005, p. 66).

Além disso, para Frei Vicente os demônios haviam perdido o controle da Europa durante a Alta Idade Média e então, se instalaram na América, especialmente no Brasil pelo seu nome que lembra “chamas vermelhas”, se referenciando ao Inferno; Os jesuítas acreditavam que esses espíritos estariam soltos pelas matas e sabotavam as missas.

Em retomada ao sentido de Brasil como o próprio Purgatório, a estudiosa desenvolve em seu texto outra prática notória que a metrópole tinha para com a colônia, que é a expulsão daqueles considerados loucos do seu local de origem como uma medida não apenas de utilidade social e segurança dos cidadãos, mas também como um exílio ritual (2005, p. 73). Os chamados “Navios Insensatos” era uma prática muito comum do homem europeu, o qual tinha para si que a água é um elemento que se relaciona diretamente com a loucura:

Enquanto o leva para longe, a água purifica o louco; além disso, a navegação abandona o homem à incerteza de sua sorte: " cada um é confiado a seu próprio destino, todo embarque é, potencialmente, o último. (...) Preso num navio, "o louco é confiado ao rio dos mil braços, ao mar dos mil caminhos, a esta grande incerteza exterior a tudo. É prisioneiro no seio do mais livre e aberto dos caminhos, solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o passageiro por excelência, ou seja, o prisioneiro da passagem. (...) Sua verdade e sua pátria são essa extensão entre duas terras que não lhe podem pertencer." (Idem, p. 73-74)

Por conseguinte, a historiadora aponta que para esses autores que possuem uma lógica de análise determinista, pessimista e racista a respeito do Brasil, este ser povoado por aqueles que são considerados inadequadas para Portugal como loucos e réus de diversas infrações, por exemplo feitiçaria durante o século XVII, indígenas e negros, este lugar já estava “gafado do germe da decadência”, nas palavras de Paulo Prado (1928). Contudo, Ambrósio Fernandes Brandão (1618) acredita que os degredados que inicialmente povoaram o Brasil, aos poucos deixariam essa má natureza, e com o bom desenvolvimento das atividades econômicas, estes ascenderiam socialmente e se tornariam honrados.

Isto é, é evidente o caráter de purgatório de almas e que a produção de riquezas para a metrópole se liga intimamente com encontrar o caminho dos céus, como é observado no seguinte trecho:

A transparência da analogia entre o purgatório de almas e o purgatório do açúcar não deixa sombra de dúvida: homogeneizar a população através da catequese e produzir gêneros rentáveis no mercado externo eram as duas grandes modalidades purgatórias do purgatório colonial, e deviam ser levadas a cabo a ferro e fogo, misturando sangue, suor e lágrimas, dispensando - paradoxalmente - a doçura e não medindo o rigor necessário à consecução desta tarefa maior. (Ibidem, p. 78-79)

Ainda assim, a relação Paraíso-Purgatório-Inferno variava de acordo com cada etnia e sua respectiva localização geográfica, então, Viera considerava a África o inferno e o Brasil como uma espécie de transição para o negro entre a terra do pecado e escravidão e o céu, o qual sua única maneira de ser alcançado seria com a morte, logo, a escravidão era vista como uma pedagogia purificadora. Desse modo, considerando que Le Goff define este “terceiro lugar” como o inferno com duração determinada, era o considerado Céu dos brancos o regresso à metrópole e para o negro a salvação pela fé, já que não é possível romper com a

escravidão no sistema colonial. Destarte, o Inferno para o colono branco é caso ele “recue ao trabalho sistemático e abrace o confronto com a metrópole, para o negro, caso se fechasse no seu universo cultural, se aquilombando, voltando as costas à cristianização e ao endosso dos valores culturais e políticos do colonizador, matando senhores, almejando a liberdade” (2005, p. 84). Enfim, mesmo que o homem branco através do seu “trabalho honesto” consiga controlar a duração do seu sofrimento, a única saída para o escravizado negro é o rompimento com a condição de colônia, e logo, haveria sempre a essência de purgatório enquanto esse sistema perdurasse.

Por último, De Mello conclui o capítulo ressaltando as principais lentes com que os europeus se voltaram ao Brasil durante os primeiros três séculos, sendo eles: a natureza edênica, a humanidade demonizada e a colônia vista como purgatório, elementos indispensáveis para compreender o imaginário europeu relacionado a América Portuguesa.

Em síntese, a escrita da estudiosa é de clara compreensão e o capítulo se destrincha de maneira fluída apesar de ser denso, a extensão do mesmo tema por muitas páginas em um só capítulo pode tornar alguns trechos um pouco cansativos, então é provável que uma divisão maior de capítulos seria mais interessante. Entretanto, a historiadora desenvolve muito bem suas linhas de raciocínio entre diversos aspectos, o que torna o aprendizado rico e prazeroso, além de instigar a curiosidade do leitor; outro ponto importante a ser destacado é a referenciação constante a outros estudiosos a fim de comprovar suas análises, o que traz credibilidade à dissertação dela.

REFERÊNCIAS

De Mello, Laura. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**, Editora Schwarcz LTDA, 2005.